



# **AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA NOS GOVERNOS: 1995 A 2022**

**Elaine Heloísa de Amorim<sup>1</sup>**

**Gleudson da Silva Oliveira<sup>2</sup>**

**Márcia Ferreira da Costa<sup>3</sup>**

**Cristiane Maria Ribeiro<sup>4</sup>**

## **INTRODUÇÃO**

Esse artigo teve como objetivo descrever as políticas educacionais para Educação das relações étnico-raciais no contexto da educação básica brasileira, para isso analisou-se as ações de cinco governos em quatro gestões, no período de 1995 a 2022.

A metodologia usada é a pesquisa bibliográfica e análise documental, buscando fontes investigativas como teses, artigos e documentos legais que contribuíram para um embasamento teórico acerca da temática e, também pesquisadores como: Toledo (1998), Ribeiro (2005), Paula (2010), Gomes (2011), Carmo et al. (2020) e Jakimiu (2021).

A ação do movimento negro brasileiro tem sido marcada pela reivindicação de uma educação antirracista, materializada em suas ações, projetos e propostas. Tais ações passaram a denunciar atitudes de discriminações que a população negra tem enfrentado, ressaltando os prejuízos dentro do processo educacional (GOMES, 2011; RIBEIRO, 2005).

Pressupõe que alguns governos são sensíveis às questões relacionadas à

---

<sup>1</sup> Pós-Graduada. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica (Ifgoiano-campus Urutaí), Urutaí – GO. E-mail: elaine.amorim01@gmail.com

<sup>2</sup> 2Pós-Graduado. Mestrando no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica (Ifgoiano-campus Urutaí), Urutaí – GO. E-mail: silva\_gleudson@hotmail.com

<sup>3</sup> 3Pós-Graduada. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica (Ifgoiano-campus Urutaí), Urutaí – GO. E-mail: marciferreiracosta@gmail.com

<sup>4</sup> Doutora. Docente no Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica (Ifgoiano-campus Urutaí), Urutaí – GO. E-mail: cristiane.maria@ifgoiano.edu.br



diversidade étnico-racial, contudo outros, podem adotar uma posição pautada e baseada na inobservância das necessidades e apelos, de grupos minoritários. Nosso objetivo é identificar nos quatro últimos governos como tem sido pensado essa temática.

## **RESULTADOS E/OU DISCUSSÕES**

### **Política para a Educação das relações étnico-raciais: Governo Fernando Henrique Cardoso-1995 a 2002**

No final do século XX discussões em torno das relações étnico-raciais no Brasil entraram em pauta nacional. Os discursos do Presidente Fernando Henrique Cardoso sobre a questão racial possuem duas chaves de entendimento, uma delas ligadas ao reconhecimento de diferenças presentes em grupos específicos e a outra relacionada a igualdade para todos os indivíduos, independentemente de suas características (PAULA, 2010).

Muito se discutiu sobre implantações de políticas afirmativas direcionadas para a equidade e oportunidade social para a população negra, mas as dificuldades de implementações estavam nítidas nesse governo. Em entrevista ao jornalista Toledo (1998, p.334) o Presidente FHC descreve “O problema [o racismo] aqui é complicado porque não existe abertamente. O próprio movimento negro está dividido na questão da ação afirmativa. Então, não tenho base política para avançar mais. É um assunto para pensar[...]”

Em atendimento às pressões externas, o governo reconheceu a existência do racismo e reabriu o debate sobre a educação para as relações étnico-raciais. Nomeou para o Ministério dos Esportes do país, o primeiro ministro negro brasileiro, Edson Arantes do Nascimento (Pelé). Contudo, esse período foi marcado por práticas neoliberais que dificultaram a implementação de políticas afirmativas de enfrentamento ao racismo e a desigualdade social, evidenciando assim, a ampliação das desigualdades sociais bem presentes na rotina da população negra e pobre (SALLUM Jr., 2000).



## **Governo Luiz Inácio Lula da Silva-2003 a 2010**

O governo do Luiz Inácio Lula da Silva foi marcado por políticas públicas educacionais, destacando o reconhecimento identitário, através do diálogo entre o governo e o movimento negro, o qual deu voz a pautas que anteriormente eram silenciadas, ressignificando e politizando conceitos sobre si e sobre a realidade social (CARMO et al, 2020)

Destaca-se nesse período a regulamentação da Lei 10.639/03, que trouxe a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Africana e Afro-brasileira, respaldada no parecer nº 3/04, bem como na Resolução nº1/04, reverberando ações voltadas para a educação das relações étnico-raciais, como ainda em 2004, a implantação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD no Ministério da Educação.

## **Governo Dilma Rousseff-2011 a 2016**

No contexto das políticas públicas para relações étnico-raciais na educação básica, esse governo foi marcado pela continuidade e fortalecimento das políticas anteriores, ampliando programas para o fomento estudantil, que incluíram milhões de jovens e ampliaram suas oportunidades (BRASIL, 2019), como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI), o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), Sistema de Seleção Unificada (SISU), a Lei de Cotas nº 12.711/2012, que representam a democratização da Educação Superior, e o enfrentamento da desigualdade social e da discriminação racial, os quais foram imprescindíveis para incluir a população de jovens negros no processo educativo (MERCADANTE; ZERO, 2018).

Os aludidos governos, construíram entre 2003 e 2016, o direito da educação como bem público, direito subjetivo de todo cidadão, uma política pública de responsabilidade estatal, estratégica e imprescindível para o novo projeto de desenvolvimento da nação (MERCADANTE; ZERO, 2018).



## **Governo Michel Temer-2016 a 2018**

Nesse período, percebe-se uma interrupção nos 14 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, em que um governo assume atitudes conservadoras de uma política neoliberal, desprezando as políticas públicas voltadas as relações étnico-raciais.

O presidente Michel Temer reformou/criou o Ensino Médio tendo como marcos legais a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, bem como as alterações inseridas pela Lei 13.415/17, estabelecendo diretrizes e bases para a instituição Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

Quando menciona sobre currículo escolar, a problemática está relacionada a primazia de alguns conteúdos e a marginalização de outros, nos quais acabam sendo deslegitimados, isto percebe na existência da dificuldade de se efetivar a lei 10.639/03 (MELO; RIBEIRO, 2019).

Enfim, Michel Temer, ao assumir a presidência, marginalizou a importância das relações étnico-raciais, deixando que sua postura neoliberal interrompesse os avanços em relação a essa temática.

## **Governo Jair Messias Bolsonaro-2019 a 2022**

Vê-se que a postura iniciada pelo presidente anterior tende a fortalecer com a atual política que tem como característica, ideias liberais, militares e conservadores, sendo assim, Bolsonaro aprova o Decreto nº 9.465/19 que altera a estrutura administrativa do Ministério da Educação e extingue a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI).

Assim sendo, a invisibilização e naturalização das diferenças; a negação do direito à educação (para e com a diversidade); o desmonte da democracia e dos ideais democráticos, torna explícito a ausência de interesse na continuidade das políticas educacionais voltadas para o reconhecimento e implementação da LEI 10.639/03 (JAKIMIU, 2021).



Destarte, as minorias têm sido constantemente inferiorizadas e, as políticas que estão em vigor não tiveram novas proposições, sendo notório em suas atitudes o não interesse pela temática em questão, e que não pretende construir ou manter políticas educacionais que reconheça o direito à educação da população historicamente excluída.

## CONSIDERAÇÕES

Conclui-se que as políticas públicas educacionais para as relações étnico-raciais são respostas das reivindicações e lutas do Movimento Negro. Tais políticas são efetivadas na educação proporcionando compreensão da posição subalternizada ocupada pelas pessoas negras e um caminho para a promoção da equidade (GOMES, 2011).

Analisando as políticas educacionais para as relações étnico-raciais no contexto da educação básica, dentre os períodos de 1995 a 2022, percebe-se que essa temática teve seu paradoxo do seu ápice ao descaso, ou seja, deixou de ser pauta para os governos conservadores e neoliberais desde meados de 2016 até atualmente, o que provoca o enfraquecimento destas políticas e dos próprios movimentos sociais.

No Brasil, o tema das relações étnico-raciais, das contribuições históricas e culturais das populações negras e indígenas não gera grandes interesses, é necessário o debate para que se possa desconstruir preconceitos, ter espaços de diálogos e, assim, contribuir para uma sociedade mais democrática e justa socialmente.

## REFERÊNCIAS

CARMO, Kaliny Custódio do et al. O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas de Emancipação. **Em Favor de Igualdade Racial**, Rio Branco – Acre, v. 3 n. 1, p. 118-132, ago/jan 2020.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: ausências, emergências e a produção dos saberes. **Política e Sociedade**, Florianópolis, Santa Catarina,



Brasil, v. 10, n. 18, p. 133-154, abril, 2011.

JAKIMIU, Vanessa Campos de. Extinção da SECADI: A Negação do Direito à Educação (Para e com a Diversidade). **Revista de Estudos em Educação e Diversidade**. v. 2, n. 3, p. 115-137, jan./mar. 2021. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/reed>

MELO, Alessandro de; RIBEIRO, Débora. Eurocentrismo e Currículo: Apontamentos para uma Construção Curricular Não Eurocêntrica e Decolonial. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v.17, n.4, p. 1781-1807 out./dez. 2019- Programa de Pós-graduação Educação: Currículo – PUC/SP

MERCADANTE, Aloizio; ZERO, Marcelo. **Governos do PT: Um legado para o futuro**. n.1. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018.

PAULA, Marilene de. **Políticas de ação afirmativa para negros no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)**. 2010. Dissertação de Mestrado. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, Rio de Janeiro.2010.

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Pesquisa sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas**. 2005. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos, São Carlos. 2005.

SALLUM JR., Brasílio. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

TOLEDO, Roberto Pompeu de. **O presidente segundo o sociólogo: entrevista de Fernando Henrique Cardoso a Roberto Pompeu de Toledo**.n.1. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.